

Centro de Estudos Geográficos
da Universidade de Lisboa

Palácio Nacional de Mafra

PERCEPÇÕES EUROPEIAS

DA CHINA DOS SÉCULOS XVI A XVIII

Francisco Roque de Oliveira
(organização)

**Ideias
e imagens
na origem
da moderna
Sinologia**



Organização de
Francisco Roque de Oliveira

PERCEPÇÕES EUROPEIAS
DA CHINA DOS SÉCULOS XVI A XVIII
Ideias e imagens na origem da moderna Sinologia

Lisboa, 2017

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa
Palácio Nacional de Mafra

Percepções europeias da China. Ideias e imagens na origem da moderna Sinologia

Organizador

Francisco Roque de Oliveira

Autores

Francisco Roque de Oliveira, Miguel Rodrigues Lourenço, Jorge Santos Alves, Rui Manuel Loureiro, Paulo Jorge de Sousa Pinto, Luís Saraiva, Maria Teresa Amaral e Mafalda Nobre

Editores

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa & Palácio Nacional de Mafra

Capa

João Rodrigues

Design

EuropressLab

Impressão e acabamento

Europress – Indústria Gráfica

© Autores, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e Palácio Nacional de Mafra

ISBN

978-972-636-263-0

Depósito legal

425769/17

Tiragem

875 exemplares

Abril de 2017

Índice

Apresentação. Percepções europeias da China	7
FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA	
Ritmos de reconhecimento do litoral chinês na cartografia histórica portuguesa (século XVI)	15
MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO	
Cartografia portuguesa e luso-asiática da China dos séculos XVI e XVII: três mapas em três escalas	33
FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA	
A China na <i>Suma Oriental</i> de Tomé Pires (1512-1515): em busca dos informadores	57
JORGE SANTOS ALVES	
A China no <i>Giro del Mondo</i> de Gemelli Careri (1699-1700)	67
RUI MANUEL LOUREIRO	
<i>Os Judeus do Oriente</i>. Percepções europeias dos chineses ultramarinos no Sueste Asiático (séculos XVI-XVIII)	93
PAULO JORGE DE SOUSA PINTO	
A introdução na China dos <i>Elementos</i> de Euclides	111
LUÍS SARAIVA	
<i>Uma China Ilustrada: temas chineses na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra. Introdução e catálogo da Exposição</i>	131
FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA, MARIA TERESA AMARAL E MAFALDA NOBRE	
Notas biográficas dos autores	175

Cartografia portuguesa e luso-asiática da China dos séculos XVI e XVII: três mapas em três escalas*

Francisco Roque de Oliveira
Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa (CEG-IGOT-ULisboa)

Introdução

Tal como sucedeu com muitos outros espaços do Mundo Antigo, foi em boa parte sustentada na cartografia portuguesa – ou de matriz portuguesa – que a Europa da Idade Moderna construiu uma representação da China que revogou as concepções ptolemaicas e outras heranças tão perenes como a de Marco Polo. Para o código simples do saber positivo, trata-se de um típico exemplo de construção do conhecimento geográfico, é certo que não exactamente linear, mas ainda assim com reflexos consistentes numa série muito extensa de mapas, por via dos quais ainda hoje podemos acompanhar o prolongado processo de cerca de um século durante o qual os litorais chineses acabaram delineados para a curiosidade dos Europeus.

Escolhemos ilustrar esta aventura visual com dois mapas individuais e uma série relativamente homogénea de mapas e desenhos, propositadamente diferentes quer quanto ao local e à data de produção, quer quanto à autoria e – sobretudo – à escala ou à área representada. Seguindo a ordem cronológica de elaboração dos diversos originais, a nossa selecção compreende os seguintes documentos cartográficos: (1) a carta da Ásia oriental marítima pertencente a um dos últimos atlas universais compostos por Fernão Vaz Dourado (c. 1576), onde se destaca a marcação dos litorais da China entre a ilha de Hainão e a Coreia; (2) o mapa parcial da província chinesa de Guangdong que sustentou um mirífico projecto de conquista da China sugerido a partir de Macau, em 1646, pelo *arbitrista* Jorge Pinto de Azevedo; e, por último (3), alguns dos mapas chineses que, a partir

* Este texto corresponde a uma versão integrada e revista de três estudos parciais: Oliveira, 2014a, 2014b e 2014c.

do último quartel do século XVII, recriaram a planta da cidade de Macau preparada por Pedro Barreto de Resende em 1635.

Enquanto o mapa de Vaz Dourado terá sido desenhado em Goa, o mapa utilizado por Pinto de Azevedo para ilustrar a sua proposta de conquista da China deverá ter sido pintado em Macau e as pinturas que seleccionámos por reproduzirem a planta de Macau originalmente desenhada em Goa por Resende foram elaboradas – ou pelo menos retocadas – em Macau, Cantão, Pequim (Beijing) ou em outras partes da China. Esta ampla geografia confirma a prodigiosa extensão das redes de recolha, de tratamento e de circulação da informação cartográfica do império português, tal como do burocratizado império dos Habsburgo que, entre 1580 e 1640, alargou o âmbito de transmissão destes materiais e trouxe consigo uma razão cartográfica até certo ponto distinta da portuguesa. No caso dos desenhos produzidos na China por mãos chinesas, demonstra-se, por acréscimo, que a circulação dos respectivos protótipos ocorreu independentemente da fronteira estabelecida entre o império Qing e a área de influência ibérica no Mar da China Meridional.

A maioria das espécies cartográficas e iconográficas seleccionadas testemunham uma prática em que se encontram e fundem modos europeus e asiáticos de conceber e fixar o espaço. Isso tende a suceder por uma de duas razões. Em primeiro lugar, porque os cartógrafos se encontravam radicados entre duas culturas, mercê da sua condição luso-asiática – designadamente, luso-chinesa. Mas, na maioria dos casos, simplesmente porque quem desenha o mapa adaptou à sua própria cultura cartográfica um desenho produzido num contexto cultural diferente do seu: ou porque recorreu a um protótipo oriental e sobrepôs-lhe legendas e signos convencionais próprios da arte ocidental de fazer mapas; ou porque executou o exercício inverso, naqueles casos em que se tratou de recriar na China desenhos saídos de uma matriz ocidental de representação. Aqui reside a principal originalidade dos documentos que vamos tratar.

A representação da China em Fernão Vaz Dourado

Fernão Vaz Dourado foi um dos mais importantes cartógrafos portugueses da segunda metade do século XVI, cujo trabalho se destaca pelo apuro das representações e por uma notável qualidade estética. Chegaram aos nossos dias seis atlas universais da sua autoria, totalizando quase uma centena de mapas, todos eles manuscritos e desenhados entre 1568 e 1580. Em contraste com os muitos ensinamentos geográficos e cosmográficos que se retiram deste extenso conjunto

de obras, são escassas as informações sobre a sua vida. É comumente aceite que se tratava de um luso-indiano nascido em Goa por volta de 1520, neto de João Dourado, cavaleiro-mor da Casa do rei D. Manuel, e filho de Francisco Dourado, moço de câmara que embarcou para a Índia em 1513. Vaz Dourado foi ferido no decurso do segundo cerco que os guzerates impuseram a Diu, em 1545. Deverá depois ter navegado no golfo de Bengala em 1547, conforme uma referência que se colhe num dos roteiros do *Livro de Marinharia de João de Lisboa* (c. 1560), relativa à ligação de Arração para Bengala. É possível que tenha embarcado para o Reino em 1572, acompanhando o vice-rei cessante D. Luís de Ataíde, 3.º conde de Atouguia, e voltado à Índia em 1577, quando D. Luís partiu para tomar posse do cargo de vice-rei pela segunda vez. Nos seus trabalhos assinados em Goa em 1568, 1571 e 1580, Vaz Dourado intitula-se «*Fromteiro nestas partes da Imdia*». Não existem elementos precisos a respeito da sua aprendizagem como cartógrafo, ainda que se admita que o fizesse junto de contemporâneos seus, como Diogo Botelho Pereira e Lázaro Luís, sendo que qualquer um deles também passou pelo Índico como navegador ou soldado. A semelhança que se detecta entre muitos dos traçados adoptados por Lázaro Luís e Vaz Dourado reforça a ideia da relativa proximidade que terá existido entre os seus percursos profissionais (Cortesão & Mota, 1987: III, 3-6; Albuquerque, 1992: 1-3; Garcia, 1997: 89-91; Guerreiro, 1998: 239-240; Garcia, 2004; Ventura, 2005: 3-4).

À excepção do fragmento de uma carta com parte do Índico Ocidental, as restantes obras conhecidas de Fernão Vaz Dourado correspondem a atlas universais, traduzindo o gosto da época pela reunião num mesmo livro de um conjunto de mapas que oferecessem uma visão global da Terra, conforme o exemplo já esboçado por Francisco Rodrigues, mais de meio século antes (Cortesão, 1935: 19; Cortesão & Mota, 1987: III, 6-8; Garcia, 2004: 87). Por outro lado, um dos aspectos mais salientes dos seus desenhos diz respeito à representação das massas continentais e dos perfis costeiros da Ásia. Estes traçados partem da lição paulatinamente aprendida pela cartografia portuguesa do século XVI, de Pedro Reinell até aos mapas de Diogo Homem, mas adquirem na sua obra uma segurança que decorre de uma experiência mais demorada e precisa de todos os litorais situados entre o Índico e o Mar do Japão. Já vimos que o desenho das costas da China, em concreto, vinha sendo desenvolvido desde que Francisco Rodrigues, com base em fontes orientais, intercalara no atlas-roteiro que ostenta o seu nome um esboço cartográfico do golfo de Tonquim, assim como outro que representa o estuário do rio do Oeste e do rio das Pérolas. No planisfério de Diogo Ribeiro de 1529, dito «*Carta Borgia*», vemos desenhada a linha de costa chinesa até à altura do trópico, onde se encontra o delta formado por esses dois grandes rios, junto com a mais

antiga indicação conhecida de Cantão existente num exemplar cartográfico europeu. Em dois mapas atribuídos a Gaspar Viegas, de cerca de 1537, a costa da China surge marcada até ao «*Cabo de Chicheo*», topónimo que remete para as paragens da província de Fujian que os portugueses tinham visitado pela primeira vez o mais tardar em 1518-1519. Apesar da relativa escassez de mapas sobreviventes, detectamos novo avanço significativo no planisfério anónimo da Biblioteca Valli-celliana de Roma, de 1548-1550: neste mapa, a representação destes litorais prolonga-se para norte de Chinchéu, inflectindo pouco depois para noroeste, de acordo com o desenho de um longo troço de costa sombreado, que oferece já uma ideia de conjunto relativamente fiel da China marítima. Num planisfério de 1554, Lopo Homem completa várias destas informações, assinalando o golfo de Nanquim e oferecendo a mais antiga indicação toponímica conhecida da efémera colónia portuguesa de Liampó (Ningbo, Zhejiang), desarticulada pelos chineses em meados da década de 1540. Enfim, quando já havia decorrido mais de uma década sobre a transferência para o Guangdong de boa parte do trato luso-chinês – processo que se concluirá com a formalização das escalas em Macau, entre 1554 e 1557 –, Lázaro Luís concebe para o seu atlas de 1563 uma carta da Ásia Oriental que desvenda o perfil quase exacto dos litorais situados entre o golfo de Tonquim e o golfo de Hangzhou. No essencial, este perfil coincide com o protótipo que Fernão Vaz Dourado decalcou para desenhar todas as cartas da mesma área geográfica que compôs entre 1570 e 1580 (Broc, 1986: 52; Oliveira, 2003: 414-416, 430-431, 492-504, 832-841).

Esta fidelidade a um padrão estável constitui outra das imagens de marca da cartografia de Fernão Vaz Dourado. Daí que a carta da Ásia marítima compreendida entre o cabo Comorim, o Japão e as Molucas, que escolhemos apresentar aqui, possa ser utilizada como exemplo da generalidade dos elementos que compilou para a figuração desta parcela do mundo (Figura 1). Corresponde à 12.^a carta de um atlas não assinado com 17 cartas e três fólios suplementares com elementos cosmográficos de interesse para a náutica. Apesar de anónimo, a autoria deste atlas está atribuída, sem contestação, a Vaz Dourado. Pensa-se que tenha sido elaborado em Lisboa por volta de 1576, desconhecendo-se a quem possa ter sido dedicado ou oferecido originalmente. Já no século XIX, pertenceu ao bibliófilo João Martens Ferrão de Castelo Branco, para depois integrar a biblioteca particular do rei D. Carlos. Passaria depois, na sequência da implantação da República, em 1910, para a guarda da Biblioteca Nacional (Vasconcelos, 1904: 11-27; Cortesão, 1935: 68-77; Cortesão & Mota, 1987: III, 29-32).

Os espaços terrestres da Ásia continental, destituídos de qualquer informação toponímica ou topográfica, assim como o interior das ilhas de Samatra e Bornéu e

as margens ocidentais do Pacífico, incluindo o Japão, são preenchidos, alternadamente, com pavilhões portugueses e castelhanos, e com escudos muçulmanos. Tanto na China como na península indochinesa, pintam-se pagodes com tectos de ouro, numa clara evocação de práticas budistas. A linha da costa chinesa estende-se entre a latitude da «*Ilha de ainão*» (Hainão) e a «*emceada de numqi*» (enseada de Nanquim) e expõe uma sequência de topónimos correspondentes a algumas das principais escalas das províncias de Guangdong, Fujian e Zhejiang, frequentadas pela navegação portuguesa e luso-asiática ao longo do século XVI (Dourado, 1992 [c. 1576]: 28-29). Destacam-se as dimensões exageradas e a forma ovóide do estuário de Cantão. Esta cidade, tal como Liampó, é assinalada com maiúsculas, faltando a legenda geral que identifica os «*Reinos da China*» em todas as cartas homólogas deste cartógrafo, quer anteriores, quer posteriores. Uma das indicações mais relevantes deste mapa corresponde a «*macao*», colocado sobre a margem esquerda do delta do rio do Oeste, tal como Vaz Dourado vinha fazendo pelo menos desde 1570, naquela que é a mais antiga das cartas de matriz europeia deste espaço em que sabemos ter surgido este topónimo (Quaini & Castelnovi, 2007: 91).

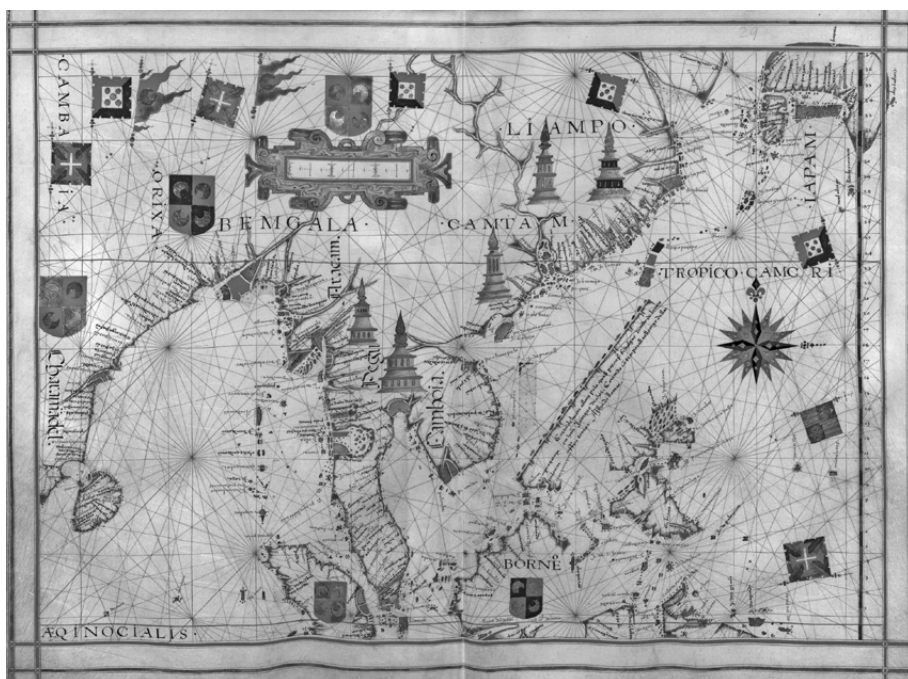


Figura 1. Mapa da Ásia marítima de Fernão Vaz Dourado, [Goa ?], [c. 1576]
(Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa)

O traçado da embocadura do Yangtze remata, a norte, o perfil litorâneo chinês, mais ou menos de acordo com a forma sinalizada por Lázaro Luís em 1563. É disposto «em cunha» aberta sobre uma imensa baía, que assimila o espaço correspondente ao Bo Hai e à baía da Coreia. A oriente da costa coreana, parcialmente sobreposta à cercadura do mapa, representa-se a parte meridional do arquipélago nipónico. Esta é desenhada em forma de crescente com as pontas viradas para sul, de acordo com um modelo que torna a ser comum a Lázaro Luís, mas que, neste caso, também já assomara no planisfério em projecção polar integrado no atlas universal do *Livro de Marinharia de João de Lisboa*. No Mar da China, à esquerda da rosa-dos-ventos e ao lado de uma longa correnteza de pequenas ilhas desmembrada dos restantes contornos do arquipélago filipino, está inscrita a seguinte legenda: «Costa de lucois ellaus pela quall pasou pero Fidalguo vimdo de borneo em huñ Jumquo de chis. Corendo com temporall ao llomgo dellas ffoi tomar A Ilha de llamao». O topónimo Lamau corresponde à ilha de Nan'ao, fronteira ao actual porto de Shantou, que era o *terminus* de parte das tradicionais linhas de navegação chinesas que demandavam a Insulíndia. Quanto à legenda em si, também ela repete o que se encontra no mapa de Lázaro Luís, fazendo eco da informação relativa a uma viagem de 1545 veiculada pelo *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão (Lisboa, 1563) (Oliveira, 2003: 481-482; Lourenço, 2010: 405).

Do mesmo modo que o modelo do Japão de Lázaro Luís-Vaz Dourado influenciará durante quase um século – até à publicação do *Novus Atlas Sinensis* de Martino Martini (Amesterdão, 1655) (Quaini & Castelnovi, 2007: 123-125; Caterino, 2008: 87-89) – a cartografia europeia, também haverá que esperar várias décadas sobre a obra cartográfica de Vaz Dourado até ser divulgada uma representação consistente da China a norte do Yangtze, trecho como que deixado em suspenso na época em que este cartógrafo de Goa tentou fixar os contornos das costas chinesas. Tal veio a suceder nas margens de uma das cartas integradas no *Theatrum Orbis Terrarum* do impressor flamengo Abraham Ortelius de 1595. Trata-se do mapa «*laponiae Insulae descriptio Ludoico Teisera auctore*», composto, como o próprio título indica, a partir de um manuscrito do cartógrafo português Luís Teixeira (Nebenzahl, 2004: 122-125; Schilder & van Egmond, 2007: 1419). Um caso e outro ilustram o momento em que a lição aprendida pela cartografia portuguesa, fundada num saber empírico, tornado possível pela hegemonia conseguida nos mares da Ásia durante cerca de um século, transita para os *ateliers* cartográficos da Europa do norte, ajudando a preparar a segunda expansão europeia.

O delta do rio das Pérolas decalcado por Pinto de Azevedo

A Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, guarda o único exemplar conhecido de um manuscrito intitulado *Aduertencias de muita importância ha magestosa coroa del Rey Nosso Senhor Dom João 4º do nome, oferecidas e apresentadas ao dito Senhor no seu Conselho do Estado da Índia, em mão do Senhor Vice Rey Dom Phelipe Mascarenhas, por Jorge Pinto d'Azevedo, morador na China em Março de 1646*. Neste texto dirigido ao rei de Portugal, por intermédio do vice-rei da Índia, o seu autor, depois de caracterizar a situação portuguesa no Oriente, propõe soluções para superar a crise em que esta vivia mergulhada, a mais emblemática das quais consistia na transferência da capital do Estado da Índia de Goa para Ceilão. Trata-se de um clássico exemplo da chamada *literatura de alvitres*, género cultivado desde finais do século XVI e que floresceu nos meios ultramarinos neste tempo em que a presença lusa na Ásia se via ameaçada pelas concorrências inglesa e holandesa. Neste sentido, as *Aduertencias a Dom João 4º* podem ser colocadas a par de relatos mais conhecidos como a *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental* (1599) do militar Francisco Rodrigues Silveira, as duas versões do *Diálogo do soldado práctico* (c. 1573 e 1612) do cronista Diogo do Couto, ou os escritos reunidos sob o título *Como remediar o Estado da Índia?* (1625-1629) do mercador flamengo Jacques de Coutre (Rebelo, 1993: 209-214; Magalhães, 1998: 20). De Jorge Pinto de Azevedo pouco mais sabemos do que aquilo que o próprio nos refere neste seu texto: que seria um reinol chegado ao Oriente por volta de 1624, militar feito comerciante nos mares da Ásia, tendo viajado de Moçambique ao mar Vermelho, de Diu à costa da Pescaria, de Ceilão ao Coromandel, de Malaca ao Japão, passando por Manila e Macau, onde subscrevera a declaração do Senado de 31 de maio de 1642, que aclamava D. João IV como legítimo rei de Portugal (Lourido, 1994: 243-244; Matos, 1996: 436-439).

O último terço do memorial de Jorge Pinto de Azevedo é preenchido com uma *Aduertencia cepearada sobre Macao*, centrada na promoção das vantagens do comércio com a China e das suas potencialidades para a viabilização económica do Estado Português da Índia (Matos, 1996: 513-545). Para concretizar este desiderato, Azevedo tanto evoca a necessidade do pleno aproveitamento diplomático do ascendente que Macau conseguira adquirir sobre os acossados Mings do Sul – numa altura em que Pequim já caíra às mãos dos manchus e a oligarquia macaense se preparava para enviar um contingente armado em auxílio do pretendente Zhu Youlang (Yongli) – como defende uma ambiciosa acção militar portuguesa que resulte no controlo da cidade de Cantão, da província de Guangdong e da própria China (Matos, 1996: 451-459; Flores, 2000: 255-256;

Alves, 2007: 72-73, 89-91). Ainda que sustentado num optimismo expansionista por demais ilusório, trata-se de um projecto de conquista que tem claros pontos de contacto com toda uma série de propostas semelhantes para o domínio da China e de outras áreas da Ásia oriental delineadas entre o final da década de 1560 e os primeiros anos de 1600, primeiro nas Filipinas, mas depois também em Malaca, em Macau e na Península Ibérica, indistintamente por autoridades militares, civis e religiosas, espanholas e portuguesas (Ollé, 2002: 73-84 e 155 segs.; Oliveira, 2003: 207-225).

Para facilitar a leitura do seu plano de conquista, Jorge de Azevedo intercala um belo desenho aguarelado do Guangdong, que representa o litoral compreendido entre Hainão e Lantau, e o território continental entre Macau e Cantão, por onde corre o delta dos rios do Oeste e das Pérolas (Figura 2). O mapa não está assinado, assim como em nenhuma passagem da *Aduertencia sobre Macao* Azevedo reconhece ser o autor desta peça cartográfica. Com toda a evidência, corresponde a uma adaptação de um mapa chinês mais amplo. É muito provável que o protótipo utilizado correspondesse a uma carta geral da província, a qual teria Cantão no centro do desenho, como era norma na cartografia oficial chinesa a esta escala (Smith, 1996: 5-6). A influência dos modelos próprios da cartografia tradicional chinesa é desde logo visível na dupla muralha quadrangular de Cantão, que aparece parcialmente representada no canto superior direito. O mesmo acontece com a figuração da cidade de Anção (Xiangshan), também em forma de quadrado, que surge perto do centro do mapa, no extremo noroeste da ilha do mesmo nome. Curiosamente, quer num caso quer no outro, a geometria própria da representação urbana chinesa é atenuada pela sobreposição de desenhos padronizados de casas ou edifícios de fachadas brancas, portas e janelas negras, e telhados vermelhos – de resto, em tudo semelhantes àqueles que ilustram os diversos povoados da região. Tal como também sucede com a marcação das áreas agricultadas e de alguns pormenores de vegetação, cujo traço é português ou europeu, estamos em presença do mesmo tipo de solução cartográfica híbrida que encontramos em três dos esboços da Ásia oriental, do sueste e do sul do referido *Livro de Francisco Rodrigues*, onde surgem representadas cidades em forma de rectângulo, de quadrado ou de duplo quadrado, uma das quais deverá ser Cantão.

O mapa anexado por Jorge Pinto de Azevedo à sua proposta para ocupação da periferia continental de Macau foi preparado com uma extensa série de cartuchos rectangulares para a inscrição de legendas explicativas, parte dos quais deixados em branco, enquanto em vários outros o texto extravasou o espaço previsto, indiciando uma composição apressada. À parte as simples indicações toponímicas, a



Figura 2. O delta dos rios do Oeste e das Pérolas, com Cantão (Guangzhou) e Macau, por Jorge Pinto de Azevedo (?), [c. 1646] (Biblioteca da Ajuda, Lisboa)

generalidade destas legendas corresponde a um levantamento das potencialidades estratégicas dos sítios, a indicações sobre navegabilidade fluvial, acessos aos territórios interiores e a distâncias entre pontos, assim como sobre os contingentes e o armamento necessário para desencadear as operações militares destinadas à conquista dos «*rios e mar da pintura*» (Lourido, 1994: 244-248, 250-252; Barreto, 1997: [45]; Oliveira & Jin, 2006: 146-147; Oliveira, 2006). A grande maioria das cerca de 60 legendas incluídas ou previstas – salvaguardando o que pudesse existir no fragmento mutilado do objecto, entre Anção e Cantão – está concentrada na margem inferior do desenho, nas ilhas, estreitos, rios e demais áreas adjacentes à península de Macau. Uma grande legenda colocada ao largo da sua costa marítima, sob um grupo de nove pequenas ilhas na desembocadura do rio das Pérolas, resume o propósito do mapa: «*quem for senhor destes Rios, o sera de todas estas Ilhas, com muy pouco poder no mar e pequenas embarcações de remo*». A cartografia da península de Macau é preenchida com um número muito reduzido de elementos arquitectónicos, todos eles desenhados segundo os mesmos cânones portugueses de representação que também são empregues para assi-

nalar as construções nas áreas chinesas. Enquadrados pelos principais acidentes topográficos da península, reconhecem-se facilmente as Portas do Cerco, a Muralha do Campo, e cinco pontos elevados, quase todos eles providos de peças de artilharia, que deverão corresponder às fortalezas ou fortes de São Paulo, São Francisco, Guia (com a sua capela), Nossa Senhora do Bom Parto, Nossa Senhora da Penha de França (com a respectiva ermida) e São Tiago da Barra. No espaço intramuros, estão ainda desenhados cinco edifícios principais, cujos perfis e distribuição sugerem a possibilidade de serem as igrejas de Santo António, São Paulo, Misericórdia, Sé e São Lourenço.

Usos chineses da planta de Macau de Barreto de Resende

Uma planta da cidade de Macau integra todas as versões conhecidas do célebre *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* que o cronista e guarda-mor da Torre do Tombo da Índia, António Bocarro, assinou em 1635 (Cortesão & Mota, 1987: V, 64-65; Matos, 2002: 221-224; Dias, 2005: 10-12) (Figura 3). É sabido que Bocarro foi apenas o autor dos textos desse *Livro*, tendo-o ilustrado com mais de meia centena de vistas e plantas desenhadas ou compiladas por Pedro Barreto de Resende, funcionário da Matrícula Geral de Goa e secretário do vice-rei D. Miguel de Noronha, 4.º conde de Linhares (Boxer, 1942: 21-22). O *Livro* de Bocarro foi realizado por encargo do rei Filipe III de Portugal, e surgiu na mesma altura em que o ministério do conde-duque de Olivares impulsionou a preparação de uma série de obras cartográficas de claro perfil estratégico e militar sobre as possessões ibéricas na Europa, no Atlântico, em África, nas Américas e na Ásia. Atendendo ao valor da informação contida nestas obras, a sua publicação estava proibida por lei e, por norma, a respectiva circulação manteve-se confinada ao círculo mais restrito da governação. Barreto de Resende ampliou o número de representações de cidades situadas entre o cabo da Boa Esperança e a China na obra intitulada *Livro do Estado da Índia Oriental* (c. 1636). A última versão conhecida deste códice está datada de 1646, mas as 70 plantas de cidades e fortalezas do Oriente que o arquitecto régio João Nunes Tinoco inseriu num atlas manuscrito de 1663, hoje à guarda da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, continuam a reproduzir a generalidade dos desenhos que Resende preparou em Goa nos últimos anos do domínio filipino sobre Portugal, incluindo a planta de Macau que aqui analisaremos (Cortesão & Mota, 1986: V, 59-63; Oliveira, 2006; Oliveira, 2009, 27-28).

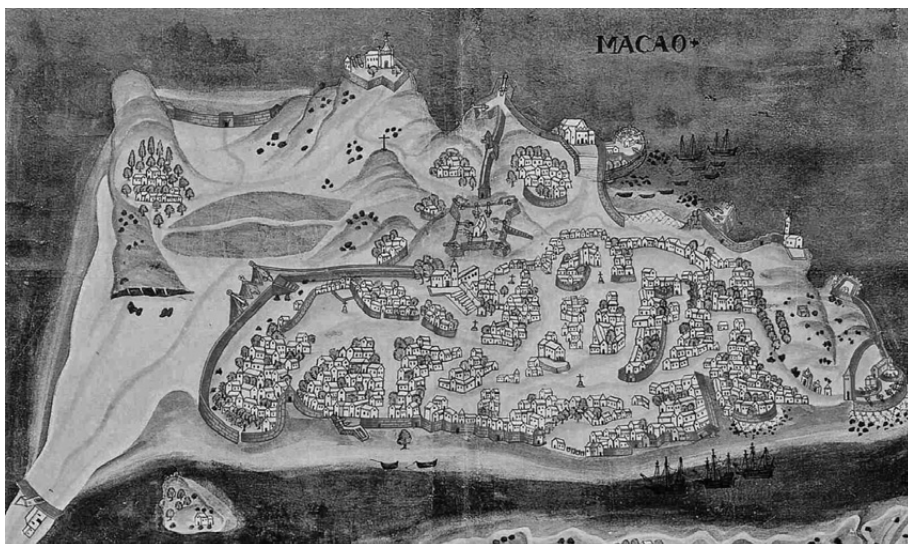


Figura 3. Planta de Macau de Pedro Barreto de Resende, incluída no *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da India Oriental* de António Bocarro, 1635 (Biblioteca Pública de Évora)

Este conjunto coerente de obras dá continuidade a uma tradição de iconografia urbana do Estado da Índia bem mais antiga, conforme se verifica pelo conjunto de plantas e desenhos panorâmicos reunidos entre 1550 e 1563 pelo cronista Gaspar Correia a pedido do governador e cartógrafo D. João de Castro, em nome do rei D. João III. A reestruturação das malhas urbanas em várias cidades portuguesas do Oriente e a introdução de novos sistemas de fortificações, impulsionados pelo confronto entre os portugueses e diversos poderes asiáticos e rivais europeus, que acontece a partir de finais do século XVI (turcos, persas, mogóis, holandeses, ingleses ou franceses), determinaram sucessivas actualizações dos compêndios cartográficos existentes. São disso exemplo os dois atlas com cartas de povoações ou fortalezas do Oriente preparados pelo cartógrafo luso-malaio Manuel Godinho de Erédia entre 1610 e c. 1620. Tal como Erédia aproveitou desenhos anteriores disponíveis na Índia, também Resende e Bocarro reproduziram várias vistas e plantas integradas nos atlas de Erédia. Esta prática constitui a regra neste género de colecções iconográficas, condicionando uma razoável permanência das tipologias, ao mesmo tempo que suscita múltiplas interrogações sobre a autoria dos protótipos utilizados. O caso de Macau é paradigmático disto mesmo. De facto, apesar de não se conhecer nenhuma imagem mais antiga da cidade idêntica à de Resende, também é verdade que esta apresenta múltiplos pormenores coincidentes com o esboço da península macaense do *Livro de plataforma das fortalezas da India* (c. 1615-1622?), que veio a

ser integrado num atlas-miscelânea com desenhos atribuídos a Godinho de Erédia e cujo paradeiro se desconhece (Oliveira, 2006; Oliveira, 2009: 24-26; Oliveira & Biedermann, no prelo; Garcia, 2007: 405-416).

A planta de Macau originalmente desenhada por Pedro Barreto de Resende em 1635 partilha a generalidade das características iconográficas que concedem unidade ao extenso conjunto das representações reunidas por António Bocarro e pelo próprio Barreto de Resende nas obras que compilaram (Santos & Mendiratta, 2011). À semelhança da *Descrição da Cidade do Nome de Deus da China*, que Bocarro redigiu e incluiu no seu *Livro* original, esta planta sublinha a preocupação com o aparato militar que sustenta a defesa da cidade e cuja construção, iniciada na sequência dos ataques holandeses de 1601-1622, seria concluída em 1638. Nesta vista «à voo de pássaro», a península macaense surge retratada a partir da China e do Porto Interior, tendo o istmo e as Portas do Cerco (muradas em 1573) no canto inferior esquerdo. De mesmo modo que é destituído de rigor geométrico, o desenho não tem escala nem orientação. Mas apesar da sua linguagem algo *naïf*, que tantas afinidades mantém com as vistas panorâmicas de povoações de Portugal insertas no *Livro das fortalezas* de Duarte de Armas (1509), o traço de Resende permite a leitura de uma cidade de casas modestas de planta rectangular, adaptadas à morfologia do terreno e agrupadas em núcleos. Estes reproduzem, *grosso modo*, os principais eixos de crescimento vindos do séc. XVI: Porto, Santo António-Patane, Monte-Sé, São Lourenço-Praia do Manduco e a serpenteante Rua Central (Rua Direita), que organiza todo o conjunto e se prolonga em direcção à Penha (Brito, 1991: 85-87; Baracho, 1998: 163-171; Tostões, 2010: 480, 486). A sua malha desalinhada de ruas repete o padrão da generalidade das povoações litorais fundadas pelos Portugueses, organizadas entre um centro de negócios e trocas portuárias e um interior de vocação residencial, se bem que aqui com a particularidade de Macau ser enquadrada por uma dupla fachada costeira, o que constitui um caso único no urbanismo colonial português (Calado, Mendes & Toussaint, 1985: 37-43; Fernandes, 1999: 211-212; Flores, 2000: 238-241; Dias, 2005: 37-44). Bocarro informa que a cidade propriamente dita tinha meia légua de comprimento e 350 passos na parte mais larga. Cruzando várias fontes da mesma época, estima-se que a habitassem mais de um milhar de portugueses e mestiços, pelo menos 5000 escravos e entre 10 000 e 20 000 chineses (Boxer, 1942: 27-29; Souza, 1991: 49-54; Dias, 2005: 18-19, 89).

Para além do quadrilátero da fortaleza de São Paulo do Monte, que preenche o centro do desenho, e do forte de São Tiago da Barra, à entrada do Porto Interior, destaca-se a Muralha do Campo que divide a península a meio – da fortaleza de São Francisco, na extremidade norte da baía da Praia Grande, ao Porto Interior, passando pela fortaleza de São Paulo. Sobressaem também o forte de Nossa

Senhora da Guia, situado fora dos limites da cidade primitiva, no ponto mais elevado de Macau, assim como a igreja de São Paulo, com a sua escadaria monumental. Os baluartes de Nossa Senhora do Bom Parto e da Penha completam a protecção da Praia Grande, enquanto a Ilha Verde, que os jesuítas ocupavam desde 1603, está desenhada no interior do canal (Graça, 1984: 23-24, 41-97, 123-127; Dias, 2005: 85-90, 95-125). O território intramuros ainda apresenta largos espaços vazios, o que nos é confirmado pela cartografia holandesa contemporânea e permitirá o progressivo adensamento da malha urbana no decorrer dos três séculos seguintes. Os grandes terreiros existentes são adjacentes às igrejas e aos restantes edifícios principais. As casas são representadas de forma estereotipada, que inclusive não distingue a parte edificada aquém da muralha das casas da aldeia chinesa de Mong-Ha (Wangxia), situada na margem norte, que já existia antes da fixação dos portugueses e mantinha nesta altura o seu modo de vida rural. A natureza demasiado esquemática do desenho também não permite vislumbrar com clareza de que modo a «cidade cristã» se justapunha às zonas de presença maioritariamente chinesa. Esta última estava sobretudo fixada a norte da Praia Pequena, tendo-se estendido ao longo do Porto Interior. Outro núcleo de população chinesa fixava-se a sul, na Barra, onde a planta permite vislumbrar a silhueta do que parece ser o templo chinês de A-Má (Oliveira, 2006; Oliveira, 2009: 26).

Esta planta será amplamente reproduzida na cartografia europeia, curiosamente ainda antes de se iniciar a circulação do modelo de Barreto de Resende por via do *Livro das Plantas* de Bocarro. Reproduzida inicialmente pelos impressores Hans-Theodor e Hans-Israel de Bry, no 8.º volume da edição alemã das suas *Petits Voyages* (Frankfurt-am-Main, 1606), reencontramo-la a servir de modelo a múltiplas gravuras holandesas, alemãs, inglesas, venezianas ou francesas do século XVIII. Por norma, estas representações oferecem uma leitura simplificada do desenho original português, muitas vezes acrescido de elementos topográficos ou arquitectónicos muito fantasiosos, os quais incluem formas típicas das cidades do norte da Europa, tal como os próprios De Bry já haviam feito na gravura de Macau que publicaram (Oliveira & Jin, 2006: 149-154; Oliveira, 2006; Oliveira, 2008: 36-39).

Paralelamente, está comprovado que a mesma planta circulou na China, onde serviu propósitos diferentes daqueles que haviam gerado o original português, tendo mesmo sido adaptada de acordo com os cânones próprios da prática cartográfica chinesa. Alguns dos primeiros casos conhecidos correspondem às duas pinturas de Macau recentemente identificadas no Arquivo Histórico Nacional N.º 1 da China, em Pequim, que incluem legendas em manchu sobrepostas a cada um dos desenhos originais. À parte este pormenor, é nítido que as imagens em causa constituem simples variações sobre o modelo de Barreto de Resende, com traços

pictóricos de inspiração exclusivamente ocidental, atestando a sua origem portuguesa ou macaense. Apesar de serem diferentes entre si, estas duas imagens também partilham alguns aspectos comuns que as distinguem do modelo português de referência, o que demonstra a estreita interdependência existente entre elas. Seguindo a ordem com que têm sido reproduzidas, a primeira corresponde a um desenho que os catálogos sugerem datado de c. 1679-1682, enquanto sobre a segunda apenas se indica que terá sido elaborada nos primeiros tempos da dinastia Qing.

A datação aproximada que recua a c. 1679 remete-nos para o tempo da missão diplomática que o cidadão de Macau Bento Pereira Sarmento de Faria conduziu a Pequim, em nome dos interesses da sua cidade, em 1678, na circunstância em que esta era afectada pela proibição ao comércio imposta aos seus mercadores e pela crescente pressão dos interesses holandeses na região, tudo isto num contexto mais geral de prolongada instabilidade no sul da China que decorria da transição dinástica Ming-Qing (Alves, 1999: 44-47; Flores, 2001: 83-87; Alves, 2007: 93-103). Está documentado que a delegação conduzida por Faria levava como presente uma pintura representando Macau, a qual tinha sido executada por um pintor macaense pelo preço de dois pardaus¹. Sucede também que a segunda destas imagens está pintada sobre uma tela envernizada de dimensões consideráveis (101x185 cm). Como Bento de Faria partiu para Pequim no início de 1678, devemos considerar a possibilidade da mais antiga destas peças ter sido executada por volta dessa data, podendo ser a mesma que Faria levou consigo para a Corte do imperador Kangxi.

Olhando o panorama do casario que a primeira destas imagens oferece, de um imaculado branco mediterrânico, detecta-se que tal representação está mais próxima do desenho original de Barreto de Resende do que de qualquer uma das posteriores simplificações do respectivo modelo que conhecemos (Figura 4). As principais diferenças face ao modelo de Resende traduzem-se no acrescento de alguns troços amuralhados e na supressão de outros, numa maior precisão do risco da maioria das fortalezas e peças de artilharia, nas bandeiras com a cruz de Cristo levantadas dentro dessas fortalezas e na aparente ausência da silhueta de qualquer navio – dizemos aparente porque alguma ou algumas das nove grandes legendas em manchu que, manifestamente, foram acrescentadas ao desenho poderá ter ocultado o bosquejo de uma ou mais embarcações. Estas nove legendas assinalam as sete baterias e fortalezas principais, as Portas do Cerco e o templo de A-Má. Com excepção daquelas que se reportam a estes dois últimos sítios, a infor-

¹ *Pardau*: pequena moeda, de ouro ou prata, corrente na Índia e generalizada a outras partes da Ásia a partir daí.

mação nelas contida respeita apenas a matéria militar, designadamente ao número e à qualidade das peças de artilharia (Oliveira, 2006: n. 20).

Temos notícia de que o imperador Daoguang recorreu à cartografia ocidental de Macau, por interposto *Zaobanchu* (Direcção de Obras do *Neiwufu*, ou Administração da Casa Civil do Imperador), quando teve de decidir sobre o destino da colónia portuguesa no contexto marcado pelo enfrentamento entre as teses do *lobby* anti-cantonense (acolhidas na intenção imperial de arrasar todo o sistema defensivo de Macau) e as pretensões do alto funcionalismo civil e militar de Cantão (o qual, a propósito da matéria crucial do tráfico do ópio, em 1835 apelou em unísono e veio a conseguir impedir a concretização dessa mesma intenção) (Saldanha & Jin, 2000: 21-22 e 70). A partir da letra do despacho em causa (recebido no 17º dia da 12ª lua do 14º ano do reinado de Daoguang, i.e. 3 de Abril de 1835), já foi sugerida a hipótese do imperador ter então manuseado este mapa legendado em manchu (Saldanha & Jin, 2000: 24, n. 42; 71). Em qualquer caso, devemos notar que a ordem imperial que esteve na origem do memorial ao trono dos “advogados” cantonenses de Macau – dada no 25º dia da 10ª lua do 14º ano do reinado de Daoguang (25 de Novembro de 1834) – apresenta uma contabilidade das peças de artilharia distribuídas pelas fortalezas da cidade bastante diferente daquela que temos neste mapa, pelo que preferimos ser mais cautelosos e não forçarmos tal associação (Saldanha & Jin, 2000: 58-59).



Figura 4. Vista de Macau a partir do modelo de Pedro Barreto de Resende, [Macau?], [c. 1678?] (Arquivo Histórico Nacional nº 1 de Pequim)

A segunda das referidas pinturas de Macau alonga em relação à anterior a representação do conjunto do território sem que, no entanto, desse prolongamento longitudinal resulte qualquer ganho informativo substancial. A este propósito, a ideia que fica é a de que se tratou apenas de ajustar a imagem que ia ser copiada à forma e às dimensões da tela disponível. Esta pintura não traz as extensas legendas informativas que assinalámos terem sido acrescentadas à gravura precedente. Em compensação, mostra maior densidade dos edifícios implantados intramuros, apresenta algum casario tanto nos terrenos situados entre a fortaleza do Monte e as Portas do Cerco como na Ilha Verde, para além de multiplicar o número de cais que bordejam o Porto Interior. De qualquer modo, pelo menos em pormenores como as fortificações, as peças de artilharia nelas dispostas, ou a geografia das ilhas que rodeiam Macau, confirma-se que existe um vínculo directo entre esta imagem e a anterior gravura pertencente aos arquivos chineses: em nenhuma das outras várias versões do desenho de Resende que já conhecíamos foram desenhados assim esses mesmos pormenores.

A atestar a popularidade do modelo genérico de Barreto de Resende, existem as duas vistas de Macau reproduzidas, já no século XVIII, nas tampas de duas arcas de madeira lacada de negro e ouro. Trata-se de trabalhos chineses de encomenda portuguesa quase idênticos. Integram, respectivamente, a colecção do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa (Inv. n.º 2016), e a colecção particular do comandante Alpoim Calvão, em Cascais. No centro da moldura superior do primeiro destes exemplares pode ler-se: «MACAO ANNO DE 1746». Apesar do modelo tomado ser ainda o de Resende, nestes trabalhos desaparece boa parte da muralha, já aparece representada a fachada de pedra da igreja de S. Paulo (concluída por volta de 1637), e a vegetação é desenhada de acordo com um gosto oriental.

Importa referir aqui o mapa de Macau que faz parte da *Guangdong Tongzhi* (*Monografia Geral da Província de Cantão*), de 1731. De facto, também este objecto cartográfico de elaboração chinesa apresenta impressionantes semelhanças com o desenho de Macau difundido por Barreto de Resende. Mais: a sua influência na cartografia chinesa posterior foi de tal ordem que o mesmíssimo traçado de 1731 (onde é patente um claro hibridismo sino-português ou sino-europeu) voltará a ser escolhido para representar o espaço macaense num compêndio geográfico e histórico tão tardio como a *Aomen Jilüe* (*Breve Monografia de Macau*) de Yin Guan-gren e Zhang Rulin (1.ª ed. 1751) (Oliveira & Jin, 2006: 143, fig. 9; Jin, 2009: X-XIV) (Figura 5). O mesmo acontecerá na edição actualizada da *Guangdong Tongzhi* publicada em 1822 e devida ao erudito, bibliófilo e à data vice-rei dos Dois Guangs Ruan Yuan. Neste último caso, acrescentou-se a representação de Qianshan (Casa Branca), a pequena cidade onde residia um dos mandarins que detinha jurisdição

no território de Macau. Tal surge de acordo com a forma convencional das cartas chinesas, quer dizer, como uma fortaleza circular, com as entradas assinaladas por grandes pórticos e o interior preenchido por legendas e um conjunto mínimo de edifícios, mas de proporções propositadamente exageradas. Como resultado de tudo isto, duas tradições cartográficas distintas, e aparentemente inconciliáveis, fundiram-se uma vez mais num mesmo mapa.



Figura 5. Gravura de Macau incluída na obra *Aomen Jilue (Breve Monografia de Macau)* de Yin Guangren e Zhang Rulin, 1751

No capítulo da cartografia chinesa manuscrita, há também que deixar aqui uma nota sobre um mapa do início do século XIX que representa o sul da ilha de Xiangshan, de novo segundo uma perspectiva tomada de oeste. Além de Macau, também abrange o perímetro de Qianshan, este desenhado outra vez de acordo com os padrões de figuração chineses (Oliveira & Jin, 2006: 144-145, fig. 10) (Figura 6). Este mapa foi concebido para ser anexado a um memorial ao Trono apresentado pelo vice-rei de Cantão, Wu Xionggang, em 1808 (Saldanha & Jin, 2000: 29-32). No sector ocupado pelos portugueses, revela-se pouco mais ou menos o mesmo perfil urbano saído das mãos de Barreto de Resende, excepto no pormenor dos muros e fortificações (que aqui não figuram, salvo as Portas do Cerco). Muitas das principais formas de relevo das áreas que circundam a península evocam as que encontramos nas duas imagens de Macau guardadas em Pequim que incorporam legendas em manchu.

Uma legenda escrita sobre o Canal da Taipa instrui sobre a presença de navios ingleses na zona. Outras legendas noticiam que «*os soldados e bárbaros do Oceano do Oeste*» (por Portugal) foram substituídos em algumas fortalezas pelos «*soldados bárbaros ingleses*», ajudando a situar o contexto em que a carta foi desenhada: depois de cerca de seis anos durante os quais a presença de navios britânicos nas proximidades de Macau foi constante, em Setembro de 1808 uma força expedicionária comandada pelo almirante Drury, comandante-chefe das Forças Navais Britânicas nos mares da Ásia, desembarcou no território, ocupou as fortalezas da Guia e do Bom Parto, tendo reembarcado no final desse ano, pressionada pelos cerca de 80.000 homens que o exército chinês entretanto fizera avançar até às portas da cidade (Guimarães, 2000: 77-108). Em qualquer caso, o que, acima de tudo, torna a impressionar nesta imagem urbana de Macau é a semelhança que ela oferece em relação ao longínquo arquétipo de Resende².

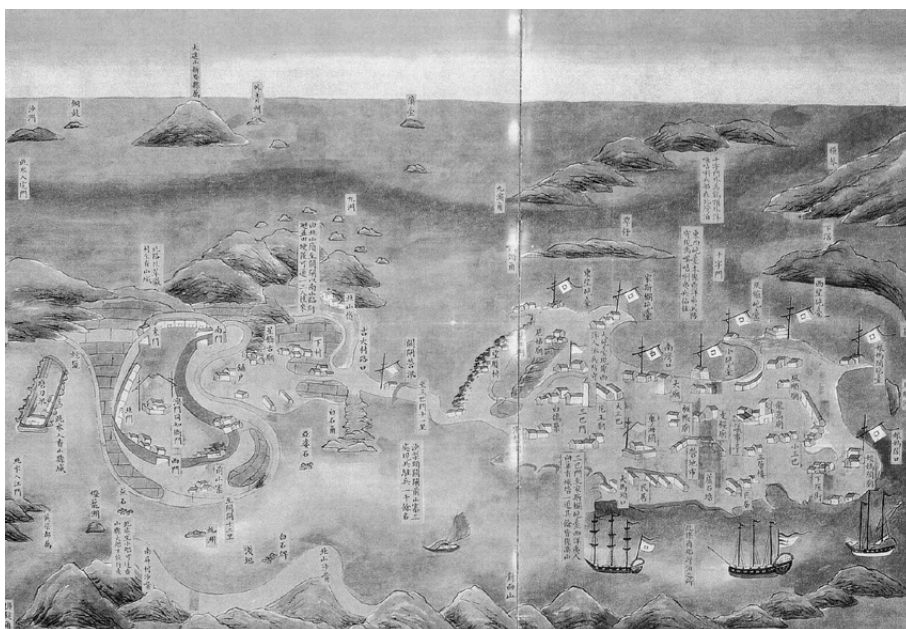


Figura 6. Mapa do Sul da ilha de Xiangshan, incluído num memorial ao Trono apresentado pelo vice-rei de Cantão, Wu Xionguang, 1808 (Arquivo Histórico Nacional nº 1 de Pequim)

² Estamos gratos ao Dr. Jin Guo Ping por ter trazido ao nosso conhecimento este mapa, assim como pela tradução das respectivas legendas.

Síntese

Duas ideias principais decorrem da apresentação dos casos seleccionados. A primeira interpela-nos a respeito das influências recíprocas que, apesar de tudo, culturas cartográficas maduras e essencialmente auto-suficientes como a portuguesa e a chinesa conseguiram realizar entre si. O segundo aspecto prende-se com a universalidade dos usos pragmáticos da cartografia.

Quanto ao primeiro aspecto mencionado, pouco haverá a acrescentar à eloquência dos exemplos propriamente ditos. Nos casos associados aos nomes de Pedro Barreto de Resende e Jorge Pinto de Azevedo detectámos importantes sinais de intercâmbio entre distintas tradições na arte de fazer mapas. Esta circunstância é tanto mais notável sabendo nós das diferenças que existem entre a preocupação com a precisão espacial das representações que é timbre da cartografia europeia da Idade Moderna e, por outro lado, os códigos próprios da cartografia tradicional chinesa, simultaneamente menos preocupados com o rigor geométrico das representações e mais permeáveis aos princípios estéticos da pintura e da poesia. Ora, não apenas encontrámos situações em que os mapas portugueses decalcam traços e outros dados procedentes de fontes cartográficas da Ásia oriental e até da Ásia do sueste, como o mecanismo de transmissão se inverte em absoluto naquele casos em que se sobrepõem num mesmo mapa chinês os dois modelos de representação: o chinês propriamente dito e o português/ocidental. Chegados aqui, o desafio será agora avaliar com maior rigor quais as condições que propiciaram esta plástica, designadamente perceber se ela foi excepcional ou, ao invés, se foi mais comum do que à partida podemos supor que tenha sido.

A este respeito, o que a pequena amostra de mapas que tratámos parece indicar é que existe uma correspondência estreita entre estes exercícios de cartografia híbrida e circunstâncias de particular urgência na obtenção de mapas sobre as áreas cobertas pelas representações (Cf. Gruzinski, 1987: 49-50). Assim, o recurso a protótipos e a padrões de representação próprios de um universo cultural diferente não esteve circunscrito a um período específico, designadamente à fase inicial da presença portuguesa na Ásia, quando sabemos que essa prática foi manifesta, desde logo no caso das representações parcelares da China marítima compendiadas no início do século XVI por Francisco Rodrigues no *Livro* que leva o seu nome (c. 1513), operando uma síntese magistral de fontes presumivelmente malaio-sino-javanesas que permitiram fixar o primeiro retrato ocidental moderno de parte dos litorais chineses (Oliveira, 2008: 447; Oliveira, 2016: 191-192, 195-196). Ao invés, a importação e uso explícito de tais protótipos reaparece-nos ao longo do período analisado, funcionando como um expediente

natural sempre que as circunstâncias – portuguesas, macaenses ou chinesas – o reclamam.

Merece também ser sublinhado o seguinte facto: enquanto do lado português o uso de formas cartográficas não ocidentais parece ter transitado de cartógrafos profissionais para cartógrafos amadores, desprovidos das mais elementares técnicas de representação – o mesmo Francisco Rodrigues, no início do século XVI, contrastando com Pinto de Azevedo, bem entrado o século seguinte –, do lado chinês o exercício simétrico não só tende a surgir muito mais tarde, como acabou por ser executado indistintamente por agentes das administrações provincial e central. A este propósito, deve sublinhar-se que quer as autoridades cantonenses, quer a Corte de Pequim acabaram a dada altura por recorrer à cartografia europeia do território de Macau de modo a visualizarem os problemas específicos dessa fronteira do império. Perfeita ironia da História: um mapa de uma cidade como Macau acabou por servir todas as partes virtualmente interessadas no seu controle, ibéricos e chineses, entre outros.

Uma nota apenas a propósito da dita universalidade da prática cartográfica. Há todo um mar de diferenças entre o requintado trabalho de Vaz Dourado, o realismo ingénuo da planta de Macau de Barreto de Resende copiada por artesãos e gravadores chineses, e, finalmente, o esboço do Guangdong que Pinto de Azevedo utilizou para convencer o rei de Portugal e o vice-rei da Índia da bondade da sua aventura militar na China. Porém, por sobre todas as diferenças e contrastes que estas cartas geográficas e desenhos exibem, os mesmos relembram-nos que o sentido instrumental do mapa, objecto de apropriação de territórios por excelência, é o nervo comum a todo o exercício cartográfico, europeu ou outro (Brendecke, 2012: 123-146). Como dizia Dom Quixote (II, 6), «*los cortesanos, sin salir de sus aposentos ni de los umbrales de la corte, se pasean por todo el mundo mirando un mapa, sin costarles blanca, ni padecer calor ni frío, hambre ni sed*». No nosso caso, o mundo era a China – ou uma parcela mais ou menos ínfima dela. Estes mapas e desenhos comprovam que podia ser descortinada com igual sossego pelos cortesãos de Lisboa, de Goa, de Madrid ou de Pequim.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís de (1992) – «Nota introdutória». In Fernão Vaz Dourado –*Atlas: reprodução do códice iluminado 171 da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1-3.
- ALVES, Jorge M. dos Santos (1999) – *Um Porto entre Dois Impérios – Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*. Macau: Instituto Português do Oriente.

- ALVES, Jorge M. dos Santos (2007) – *Macau: o primeiro século de um porto internacional*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.
- BARACHO, Carlos (1988) – «Um percurso ao encontro do medievalismo em Macau», *Revista de Cultura*, 34 (II série), 147-180.
- BARRETO, Luís Filipe (1997) – *Cartografia de Macau: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Missão de Macau.
- BRENDECKE, Arndt (2012) – *Imperio e información. Funciones del saber en el dominio colonial español*. Madrid; Frankfurt am Main: Iberoamericana; Vervuert.
- BOXER, Charles R. (1942) – *Macau na época da Restauração*. Macau: Imprensa Nacional.
- BRITO, Raquel Soeiro de (1991) – «Novas imagens de Macau». In *Um olhar sobre Macau*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Fundação Oriente, 51-134.
- BROC, Numa (1986) – *La géographie de la Renaissance, 1420-1620*. Paris: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques.
- CALADO, Maria; MENDES, Maria Clara; TOUSSAINT, Michel (1985) – *Macau, cidade memória no estuário do rio das Pérolas*. Macau: Governo de Macau.
- CATERINO, Aldo, ed. (2008) – *Riflessi d'Oriente. L'immagine della Cina nella cartografia europea*. Genova; Trento: Il Portulano; Centro Studi Martino Martini.
- CORTESÃO, Armando (1935) – *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI: contribuição para um estudo completo*, Vol. 1. Lisboa: Seara Nova.
- CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da, eds. (1987) – *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vols. 3 e 5. Reprodução fac-similada da edição de 1960. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- DIAS, Pedro (2005) – *A urbanização e a arquitectura dos portugueses em Macau, 1557-1911*. Lisboa: Portugal Telecom.
- DOURADO, Fernão Vaz (1992) [c. 1576] – *Atlas: reprodução do códice iluminado 171 da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- FERNANDES, José Manuel (1999) – «Macau, de Pedro Barreto de Resende». In Mafalda Soares da Cunha, ed. – *Os espaços de um Império: catálogo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 211-212.
- FLORES, Jorge Manuel (2000) – «Macau: de surgidouro a cidade». In A. H. de Oliveira Marques, ed. – *História dos portugueses no Extremo Oriente*, Vol. 1(II). Lisboa: Fundação Oriente, 237-264.
- FLORES, Jorge (2001) – «Macau: os eventos políticos. 1». In A. H. de Oliveira Marques, ed. – *História dos portugueses no Extremo Oriente*, Vol. 2. Lisboa: Fundação Oriente, 69-104.
- GARCIA, João Carlos (2004) – «O Atlas universal atribuído a Fernão Vaz Dourado, de c. 1576». In *Biblioteca Nacional – Tesouros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004. Dispo-

nível em: <<http://purl.pt/369/1/ficha-obra-vazdourado.html>> Data de consulta: 16 de Dezembro de 2016.

- GARCIA, José Manuel (1997) – «Tesouros da cartografia portuguesa em Portugal». In Joaquim Romero Magalhães, João Carlos Garcia & Jorge Manuel Flores, eds. – *Tesouros da cartografia portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Edições Inapa, 36-114.
- GARCIA, José Manuel (2007) – «Em torno de alguns livros sobre o “Estado da Índia». In Charles J. Borges & M. N. Pearson, eds. – *Metahistória: História questionando História. Homenagem ao Prof. Doutor Teotónio R. de Souza*. Lisboa: Vega, 405-416.
- GRAÇA, Jorge (1984) – *Fortificações de Macau: concepção e história*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- GRUZINSKI, Serge (1987) – «Colonial Indian Maps in Sixteenth-Century Mexico: An Essay in Mixed Cartography», *RES: Anthropology and Aesthetics*, 13(Spring), 46-61.
- GUERREIRO, Inácio (1998) – «Fernão Vaz Dourado, *Atlas*, Goa, 1571». In Mafalda Soares da Cunha, ed. – *Os construtores do Oriente Português*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Câmara Municipal do Porto, 239-241.
- GUIMARÃES, Ângela (2000) – «A Conjuntura Política: antes de Hong Kong». In A. H. de Oliveira Marques, dir. – *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Vol. 3. Lisboa: Fundação Oriente, 11-33.
- JIN Guo Ping (2009) – «Introduzir fontes chinesas locais nos estudos de História de Macau». In Yin Guangren & Zhang Rulin – *Breve Monografia de Macau*. Macau, Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau, X-XIV.
- LOURENÇO, Miguel Rodrigues (2010) – «De São Lázaro às Filipinas: imagens de um arquipélago na cartografia náutica ibérica do século XVI». In Francisco Roque de Oliveira & Héctor Mendoza Vargas, eds. – *Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX*. Lisboa; Ciudad de México: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Instituto de Geografía, Universidad Nacional Autónoma de México, 387-422.
- LOURIDO, Ruy D’Ávila (1998) – «A Portuguese seventeenth-century map of the South China Coast», *Santa Barbara Portuguese Studies*, 1, 240-271.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1998) – «Os limites da expansão asiática». In Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, eds. – *História da expansão portuguesa*, Vol. 2, *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 8-27.
- MATOS, Artur Teodoro de (1996) – «*Advertências e queixumes* de Jorge Pinto de Azevedo sobre a decadência do Estado da Índia e o Proveito para Macau da sua restauração», *Povos e Culturas*, 5, 431-545.
- MATOS, Rita Cortês de (2002) – *António de Mariz Carneiro: cosmógrafo-mor de Portugal*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- NEBENZAHL, Kenneth (2004) – *Mapping the silk road and beyond: 2,000 years of exploring the East*. Londres; NovaYork: Paidon Press.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2003) – *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c.1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*, Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. Tese de Doutoramento. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/pub/tesis/2003/tdx-1222103-160816/tdx.html>> Data de consulta: 16 de Dezembro de 2016.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2006) – «Cartografia antiga de Macau, c. 1600-1700: confronto entre modelos de representação europeus e chineses», *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, X, 218 (53) [Online]. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>> Data de consulta: 16 de Dezembro de 2016.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2008) – «José Manuel Garcia, *O Livro de Francisco Rodrigues – O Primeiro Atlas do Mundo Moderno*», *Anais de História de Além-Mar*, IX, 440-447.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2009) – «Uma cidade, duas simbologias: cartografia europeia e chinesa de Macau dos séculos XVI e XVII». In Héctor Mendoza Vargas & Carla Lois, eds. – *Historias de la cartografía de iberoamérica: nevós caminos, viejos problemas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 21-56.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2014a) – «A representação da China em Fernão Vaz Dourado». In Miguel Castelo-Branco, ed. – *Portugal-China: 500 anos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Babel, 42-47.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2014b) – «O delta do Rio das Pérolas». In Miguel Castelo-Branco, ed. – *Portugal-China: 500 anos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Babel, 52-56.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2014c) – «Planta de Macau». In Miguel Castelo-Branco, ed. – *Portugal-China: 500 anos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Babel, 57-61.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2016) – «Pinturas a duas mãos: cartografias híbridas dos litorais chineses (sécs. XVI-XVII)». In Mauricio Nieto Olarte & Sebastián Díaz Ángel, eds. – *Dibujar y pintar el mundo: Arte, cartografía y política*. Bogotá: Universidad de los Andes; Razón cartográfica, Red de historias de las geografías y cartografías de Colombia, 189-196.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de; BIEDERMANN, Zoltán (no prelo) – «Urban mapping in the Portuguese East Indies». In Matthew Edney, and Mary S. Pedley, eds. – *The History of Cartography*, Vol. 4. Chicago; Londres: The University of Chicago Press.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de; JIN Guo Ping (2006) – «Mapas de Macau dos séculos XVI e XVII: inventário, descrição e análise comparativa de espécimes cartográficos europeus e chineses», *Revista de Cultura*, 17 (III série), 133-169.
- OLLÉ, Manel (2002) – *La empresa de China. De la Armada Invencible al galeón de Manila*. Barcelona: Acantilado.

- QUAINI, Massimo; CASTELNOVI, Michele (2007) – *Visions of the Celestial Empire. China's image in Western cartography*. Genova; Trento: Il Portulano; Centro Studi Martino Martini.
- REBELO, Luís de Sousa (1993) – «Damião de Góis, Diogo de Teive e os arbitristas do século XVII» *In Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, pp. 203-216.
- SALDANHA, António Vasconcelos de; JIN Guo Ping (2000) – *Para a vista do Imperador: memoriais da Dinastia Qing sobre o estabelecimento dos Portugueses em Macau (1808-1887)*. Macau: Instituto Português do Oriente.
- SANTOS, Joaquim M. Rodrigues dos; MENDIRATTA, Sidh Losa (2011) – «... A melhor cousa que Vossa Alteza tem nestas partes. Representações das cidades da província do Norte do Estado da Índia (séculos XVI-XVIII)» . *In Actas do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/29.pdf>>. Data de consulta: 16 de Dezembro de 2016.
- SCHILDER, Günter; VAN EGMOND, Marco (2007) – «Maritime cartography in the low countries during the Renaissance». *In David Woodward, ed. – The History of Cartography, Vol. 3 (Part 2)*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1384-1432.
- SMITH, Richard J. (1996) – *Chinese maps. Images of All Under Heaven*. Hong Kong; Oxford; Nova York: Oxford University Press.
- SOUZA, George Bryan (1991) – *A sobrevivência do Império: os portugueses na China*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- TOSTÕES, Ana (2010) – «Macao [Macau] (China) – Enquadramento histórico e urbanístico». *In José Mattoso, dir. – Património de origem portuguesa no mundo: arquitetura e urbanismo*, vol. 3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 480-490.
- VASCONCELOS, Ernesto de (1904) – *Exposição de cartographia nacional (1903-1904): catálogo*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- VENTURA, Margarida Garcez (2005) – «Nota prévia». *In Fernão Vaz Dourado, Atlas. Edição fac-similada dos fol. 1 a 18 (frontispício e cartas) do Atlas do British Museum, Add. MS. 31.317*. Londres; Lisboa: British Museum; Edições Poseidon, 1-7.